



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DAYVENAN DANTON CARDOSO PIRES MONTEIRO

TEMÁTICAS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: um estudo dos TCS
produzidos nas licenciaturas da UFPA entre 2020 e 2025

ACARÁ-PA

2026

DAYVENAN DANTON CARDOSO PIRES MONTEIRO

TEMÁTICAS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: um estudo dos TCS
produzidos nas licenciaturas da UFPA entre 2020 e 2025

Trabalho de Curso, apresentado no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Karina Barbosa Mendes

DAYVENAN DANTON CARDOSO PIRES MONTEIRO

**TEMÁTICAS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: um estudo
dos TCS produzidos nas licenciaturas da UFPA entre 2020 e 2025**

Trabalho de Curso, apresentado no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Data de aprovação: 06/03/2026

Conceito: EXCELENTE

Banca Examinadora

Orientadora

Prof.^a Dra. Sandra Karina Barbosa Mendes - UFPA

Avaliadora

Prof.^a Dra. Crisolita Gonçalves dos Santos Costa - UFPA

Avaliadora

Prof.^a Dra. Vilma Nonato de Brício - UFPA

TEMÁTICAS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO DOS TCs PRODUZIDOS NAS LICENCIATURAS DA UFPA ENTRE 2020 E 2025

Dayvenan Danton C. P. Monteiro¹
Sandra Karina Barbosa Mendes²

RESUMO: Este artigo investiga as temáticas emergentes na Educação Especial a partir dos Trabalhos de Curso (TCs) produzidos na Universidade Federal do Pará (UFPA) entre 2020 e 2025. Para responder a quais tendências marcam essas pesquisas durante o período delimitado, o estudo traçou como objetivo geral explorar o panorama produtivo recente das licenciaturas, buscando coletar, classificar por tipos de deficiência e analisar a evolução histórica dessas pesquisas. Metodologicamente, adotamos uma abordagem qualitativa de revisão de literatura do tipo “estado do conhecimento”. O referencial teórico articula os conceitos de Diferença e Governamentalidade e Biopolítica, ancorando-se em autores como Skliar, Lopes, Carvalho e Gallo. Os resultados, baseados na análise do *corpus* de 56 produções, revelaram três grandes fenômenos: (1) o impacto da pandemia da COVID-19, que gerou um “apagão” produtivo e invisibilização no biênio 2020-2021; (2) a hegemonia da Licenciatura em Pedagogia, contrastada pela promissora emergência de pesquisas nas Ciências Exatas (Matemática); e (3) uma forte concentração de estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) a partir de 2022, impulsionada por marcos legislativos que tornaram o diagnóstico um dispositivo político central de acesso a direitos. Em contrapartida, constatamos a invisibilidade de áreas como Altas Habilidades e Deficiência Visual, além de denúncias sobre as dificuldades logísticas e o abandono estatal da inclusão em contextos ribeirinhos e rurais da Amazônia. Concluímos que a produção acadêmica na UFPA atua de forma responsiva às conjunturas sociopolíticas. Assim, o estudo alerta para a urgência de a formação docente romper com a fragmentação curricular, revisitando deficiências silenciadas e realidades territoriais específicas, a fim de garantir uma inclusão escolar mais efetiva e plural.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Diferença; Universidade Federal do Pará (UFPA).

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) é um marco que trouxe mudanças significativas nos padrões dos programas escolares no Brasil. A educação Especial sai de um modelo excludente e segregador para uma abordagem que assegurou a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, o que causou impactos, tanto na prática quanto nos números.

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: dayvenandanton@gmail.com

² Orientadora; doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: karinamendes@ufpa.br

Os dados recentes do Censo Escolar da Educação Básica de 2024, publicados no Resumo Técnico do INEP (2025), indicam que o número de matrículas da Educação Especial no Brasil chegou a 2,1 milhões. Deste total, 90% dos estudantes público alvo da Educação Especial (PAEE) estão matriculados em classes comuns do ensino regular, índice que confirma essa tendência de crescimento da inclusão escolar no país em relação ao ano de 2023 que era de 1,8 milhões (Inep, 2024).

No estado do Pará, os números do Censo Escolar mostram que 100% dos alunos da Educação Especial matriculados na Educação Infantil, 99,7% matriculados no Ensino Fundamental e 100% matriculados no Ensino Médio estão incluídos em salas de aula comuns (Inep, 2023). Mas, incluir não significa escolarizar, a Educação Especial no Pará esbarra em outros desafios, já que a educação acontece em cenários diversos como: várzeas, terras altas ou áreas ribeirinhas, ou seja, apresenta seu próprio conjunto de barreiras para acessar matrícula e infraestrutura (Sá; Ribeiro; Gonçalves, 2023).

No contexto da Amazônia paraense, os Trabalhos de Conclusão de Curso³ (TCCs) não servem apenas de requisito avaliativo para concluir o curso, mas são uma rica e importante produção científica sobre temas que fazem parte do currículo do curso. Nesse sentido, Ferreira (2002) e Romanowski e Ens (2006), enfatizam que estes servem como indicadores para revelar o que a comunidade acadêmica vê como alarmante, urgente e promissor em determinado período histórico.

Diante desse cenário, a presente pesquisa visa fazer um levantamento bibliográfico sobre as Temáticas Emergentes na Educação Especial: um estudo dos TCs produzidos na UFPA entre 2020 e 2025; analisando e discutindo os conceitos de “Educação Especial”, “Inclusão”, “Diferença”, “Governamentalização”, “Normatização”, a partir da visão de teóricos como Skliar (2001, 2011), Veiga-Neto e Lopes (2011), Gallo (2017), Carvalho e Gallo (2020), entre outros.

A análise ajudou a entender se os trabalhos produzidos pela UFPA nos cursos de graduação estão, além de discutindo as políticas de Educação Especial, acompanhando as mudanças nesse cenário de aumento do número de diagnósticos, principalmente de Transtorno do Espectro Autista (TEA). As deficiências são diversas e são classificadas, conforme o Relatório Mundial sobre a Deficiência da Organização Mundial da Saúde de 2011 (OMS, 2011), em física, intelectual, sensorial e psicossocial. Assim, definimos como questão principal de

³ Na UFPA, a atual nomenclatura usada é Trabalho de Curso, com base na Instrução Normativa n. 05/2023, que retira o caráter de trabalho final, podendo ser realizado durante qualquer momento do curso.

pesquisa: quais temáticas emergem nas pesquisas de Trabalho de Curso nos cursos de licenciatura na área da Educação Especial na UFPA no período de 2020 a 2025?

O objetivo geral foi explorar as tendências temáticas emergentes dentro das pesquisas em Educação Especial no contexto da graduação na UFPA de 2020 a 2025. Para isso, foram articulados os seguintes objetivos específicos: Mapear os Trabalhos de Curso (TCs) e monografias sobre Educação Especial produzidos na graduação da UFPA, quantificando e categorizando essas produções a partir dos cursos de licenciatura de origem e de sua distribuição anual ao longo do recorte temporal estabelecido; Organizar e classificar os temas abordados nas pesquisas, agrupando-os conforme os diferentes tipos de deficiência investigados; e Analisar a recorrência e as tendências temáticas presentes nas pesquisas realizadas no período estudado.

2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos apresentados neste trabalho, optamos por uma abordagem de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de uma pesquisa de revisão de Literatura. Optamos por esse método porque ele é importante para mapear, organizar e entender o que já foi produzido e consolidado sobre o tema em questão. Bento (2012) destaca que mergulhar na literatura é um passo essencial para qualquer pesquisador, pois “é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo menos em parte ou de forma indireta” (Bento, 2012, p. 1). Assim, a revisão de literatura não serve apenas para coletar informações, mas também para colocar o problema de pesquisa no contexto do campo científico, evitando a ideia equivocada de que a questão é totalmente nova.

Mais especialmente, o delineamento desta pesquisa configura-se como um estudo do tipo “estado do conhecimento” (Ferreira, 2002), isto é, será feita uma análise bibliográfica minuciosa para mapear, categorizar e revisar as produções acadêmicas, como monografias e artigos acadêmicos da UFPA, de maneira panorâmica. Segundo Romanowski e Ens (2006), esse tipo de estudo não se limita apenas identificar os títulos, mas permite ao pesquisador compreender como o conhecimento é construído em determinado tempo e época, permitindo revelar as tendências, as recorrências e, principalmente, as lacunas que indicam o que ainda precisa ser investigado. Dessa forma, o objetivo de usar esse método específico é fornecer uma base sólida para analisar os Trabalhos de Cursos (TCs) publicados pela Universidade Federal do Pará (UFPA) entre 2020 e 2025, especialmente os que abordem sobre as temáticas na área da Educação Especial.

No primeiro momento, para ser constituído o *corpus* de análise, optou-se pela perspectiva do “Estado do Conhecimento” (Ferreira, 2002), onde realizamos uma busca no Repositório Institucional da UFPA, especificamente na Biblioteca Virtual da UFPA (BDM), por ser o repositório oficial de armazenamento, preservação e disseminação das produções de conhecimento da universidade, permitindo assim um mapeamento fidedigno da temática. Utilizamos as seguintes palavras-chaves: Educação Especial, Educação Inclusiva, Produção Acadêmica, Universidade Federal do Pará (UFPA). O período de 2020 a 2025 foi escolhido por representar um momento de significativa importância histórica e política. Essa faixa de tempo inclui os anos mais críticos da pandemia de COVID-19, possibilitando a análise dos efeitos do ensino remoto e da crescente preocupação com a precarização na educação inclusiva. Além disso, abrange o período posterior a 2022, caracterizado pelo retorno às aulas presenciais e por um aumento no número de diagnósticos e na implementação de novas legislações, como as diretrizes relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista, que alteraram as demandas tanto na formação quanto no ambiente escolar.

Inicialmente, a triagem seguiu alguns critérios de inclusão: ser trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia ou artigo; estar incluído no recorte temporal de 2020 a 2025, e estar disponível para acesso público e *download* completo. Em seguida, após a filtragem ser aplicada, identificamos um corpus analítico composto por 56 produções acadêmicas. Embora o número possa parecer restrito sob uma ótica puramente quantitativa, ele é altamente expressivo para uma análise qualitativa do tipo "estado do conhecimento", pois reflete o total exato de trabalhos de conclusão das licenciaturas que focaram exclusivamente na Educação Especial e que estavam com seus textos completos e validados no repositório dentro desse recorte temporal específico. Posteriormente, realizamos uma leitura inicial dos títulos e resumos para averiguar a temática, essa previa leitura foi essencial para garantir que os documentos selecionados fossem, de fato, correspondentes aos objetivos da pesquisa.

Para ter uma melhor organização e conseqüentemente a análise do material, construímos quadros analíticos como instrumentos para sistematizar os trabalhos acadêmicos. Os trabalhos foram identificados e distribuídos por áreas de conhecimento e por cursos, para poder obter a quantidades de monografias/artigos durante o período selecionado, totalizando cinquenta e seis (56) produções acadêmicas relacionados a Educação Especial. No terceiro momento, organizamos e classificamos os dados conforme os temas abordados nas pesquisas, agrupando-os de acordo com os diferentes tipos de deficiência. Dessa forma, ressaltamos que a metodologia empregada permitiu não apenas contar os trabalhos, mas principalmente

compreender como a UFPA tem construído e desenvolvido suas narrativas sobre a Educação Especial na perspectiva Inclusiva em tempos de crise e transformação no âmbito educacional.

Para aprofundar a discussão qualitativa acerca das lacunas na formação identificadas na análise dos dados, também foi realizada uma consulta documental exploratória aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das licenciaturas, disponíveis na plataforma oficial da UFPA. Essa etapa adicional teve como objetivo comparar os resultados das produções acadêmicas com a estrutura curricular formal oferecida pela instituição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Para responder ao problema principal deste estudo: quais temáticas emergentes permeiam a Educação Especial na UFPA, a análise do corpus indicou que as investigações se concentram em dois eixos temáticos amplos. O primeiro eixo relaciona-se à responsabilidade formativa, destacando discussões sobre quem deve promover a inclusão (onde surge com força a questão da acessibilidade no ensino das áreas de exatas, em contraposição à predominância da Pedagogia). O segundo eixo maior refere-se aos sujeitos da inclusão, apontando quais identidades e manifestações de neurodivergência ocupam o centro das atenções acadêmicas atuais e quais permanecem silenciadas

3.1 A Produção Acadêmica como Dispositivo de Análise

A presente seção se dedica a apresentação e a análise das informações construídas no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA), assimilando o recorte temporal de 2020 a 2025. A organização dos resultados segue a lógica do “Estado de Conhecimento” (Ferreira, 2002), buscando não apenas somar as produções, mas também compreender as tendências, as dinâmicas e os silêncios que transpassam a formação de professores na perspectiva da Educação Inclusiva na Amazonia. De início, o quadro 1 demonstra o mapeamento quantitativo das produções acadêmicas (monografias e artigos de conclusão de curso), já com as distribuições por área do conhecimento e curso de licenciatura em geral.

O objetivo de realizar uma investigação ampla, englobando as diversas licenciaturas da UFPA em vez de focar apenas na Pedagogia, foi justamente para mapear a transversalidade do tema. A Educação Inclusiva não deve ser um nicho restrito, mas uma responsabilidade de todas as áreas de formação. Analisar o cenário geral das licenciaturas nos permitiu justamente

identificar as lacunas formativas e a fragmentação do trabalho docente, evidenciando como a governamentalidade opera ao delegar a inclusão apenas a determinados especialistas.

Quadro 01 – Quantidade de textos identificados área e curso

Área de Conhecimentos (CAPES)	Curso	Quant. de trab.
Ciências Humanas	Licenciatura em Pedagogia (agrupada com Licenciatura em Educação do Campo e Educação Infantil)	21
Ciências Humanas	Licenciatura em História	1
Linguística, Letras e Artes	Licenciatura em Música	2
Linguística, Letras e Artes	Licenciatura em Letras (Libras/Espanhol/Português)	3
Linguística, Letras e Artes	Licenciatura em Artes Visuais/Teatro	2
Ciências da Saúde	Educação Física	4
Ciências da Saúde	Nutrição	2
Ciências da Saúde	Terapia Ocupacional	1
Ciências da Saúde	Enfermagem/Saúde-Geral	2
Ciências Sociais Aplicadas	Direito	2
Ciências Exatas e da Terra	Matemática	14
Ciências Exatas e da Terra	Física	2
	TOTAL	56

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Uma leitura geral dos dados organizados no quadro 01 nos permite tecer análises em três eixos ou campos distintos: a conservação e a reconfiguração da produção acadêmica durante e imediatamente após a crise sanitária da COVID-19 (com 2020 e 2021 representando o ápice do distanciamento, seguidos por um aumento produtivo em 2022); o número significativo de trabalhos no curso de Pedagogia; a consolidação crescente do ensino de Matemática; e finalmente, as lacunas apontadas nas demais licenciaturas.

3.2 A Centralidade do Curso de Pedagogia nas Pesquisas sobre Educação Especial: Uma Tendência Histórica

Ao examinarmos as distribuições dos trabalhos por cursos, notamos que a Licenciatura em Pedagogia, o curso de Educação do Campo, bem como as pesquisas que tem como enfoque a Educação Infantil (etapa que integra a formação do pedagogo), possuem a maior parte das produções, somando 21 trabalhos. Dentro do próprio curso de Pedagogia, os trabalhos selecionados puderam ser categorizados em diferentes frentes de pesquisa: práticas na educação infantil, investigações sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os desafios da escolarização de alunos com TEA. Esse dado esclarece que a superioridade da Pedagogia no *corpus* de análises cerca de 37,5% das produções, não é apenas um dado aleatório, mas expressa um reflexo histórico de construção da Educação Especial no Brasil.

Convém salientar que a análise conjunta das produções do curso de Pedagogia, do curso de Licenciatura em Educação do Campo e das investigações com ênfase na Educação Infantil, que totalizam 21 trabalhos e correspondem a quase 38% do corpus, não despreza as particularidades e as identidades próprias de cada formação. Essa unificação foi escolhida como uma opção metodológica deliberada. Decidiu-se agrupá-las em uma macrocategoria denominada "formação pedagógica de base", uma vez que todas apresentam um enfoque epistemológico direcionado aos processos de ensino-aprendizagem dos anos iniciais, à gestão escolar e às turmas multisseriadas. A Educação Infantil configura-se como o campo de prática inerente e legal ao pedagogo, ao passo que a Educação do Campo forma professores com perfil generalista e polivalente, bastante semelhante ao do pedagogo, para atuar em contextos rurais e ribeirinhos. Unir essas áreas foi essencial para contrapor-las às "licenciaturas de áreas específicas" (tais como Matemática, História e Letras), corroborando a hipótese central deste estudo: a persistente tendência histórica do sistema educacional em atribuir quase exclusivamente aos professores de base, de formação generalista, a incumbência pela Inclusão e pela Educação Especial, isentando as demais disciplinas dessa responsabilidade (Mendes, 2010).

No entanto, cabe frisar que ao refletir sobre os dados do quadro 01 notamos que a formação inicial na UFPA, ainda produz a fragmentação do trabalho docente, isto é, ainda existe a divisão técnica das funções pedagógicas, como apontado por Gatti (2010, p. 1375): “No que concerne à formação de professores, é necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação. [...] a fragmentação formativa é clara”.

De acordo com essa perspectiva, fica evidente uma grande lacuna na formação inicial dos professores. Geralmente, quem ensina as disciplinas específicas, como a de História ou Física, passa por um currículo que quase só foca na transmissão do conteúdo dessas áreas. Gatti (2010) chama atenção para isso, dizendo que há uma verdadeira “fragmentação formativa” nas licenciaturas. Por outro lado, a responsabilidade de lidar com as diferenças e as dificuldades de aprendizagem acaba sendo transferida para o pedagogo/a ou para o professor/a do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que passam a ser vistos como os únicos capacitados para cuidar do que o sistema rotula como “anormalidades”, autores como Skliar (1999) criticam essa prática de separação.

Nesse sentido, Mendes (2006), faz uma crítica sobre essa falsa divisão de funções, chamando-a de dicotomia. Por um lado, o ensino do conteúdo para os alunos sem deficiências, por outro, para os alunos com deficiência recebem os cuidados e adaptações do especialista em Educação Especial. Em suma, essa dicotomia pode se perpetuar com a ideia de que a inclusão

é um dever técnico de um único profissional e não uma atribuição, ou melhor dizendo, um compromisso coletivo de todo o corpo escolar (Glat; Pletsch, 2011).

Para haver uma ruptura dessa lógica fragmentada, os TCs indicam rumos que requerem uma reestruturação e organização profunda do currículo nas licenciaturas. Essa necessidade é corroborada ao analisarmos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das licenciaturas específicas disponíveis na plataforma da UFPA, os quais frequentemente apresentam matrizes curriculares em que as disciplinas relacionadas à Educação Especial têm carga horária reduzida ou são oferecidas como optativas. Essa separação dos conteúdos reforça o que Mendes (2010) e Rocha, Silva e Silva (2020) denunciam como uma grave lacuna na formação inicial brasileira, onde a inclusão é tratada como um anexo curricular, e não como um eixo transversal de todas as disciplinas.

Para a autora Mantoan (2003), superar esse modelo vai depender de uma mudança radical de paradigma, pois a “a inclusão, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando” (Mantoan, 2003, p. 12). Para a autora, a inclusão não pode ser tratada apenas como um complemento ou disciplina separada na grade curricular, mas sim como um eixo transversal que cruze todas as áreas do conhecimento, como frisa que “para se integrar áreas do conhecimento e se atingir a concepção transversal de novas propostas não-disciplinares de organização curricular, o sentido das disciplinas acadêmicas muda, elas passam a ser meios, e não fins em si mesmas” (Mantoan, 2003, p. 36). Dessa forma, o conteúdo deixa de ser uma dificuldade isolada e fragmentada, passando a ser uma verdadeira ponte que ajuda na formação e no crescimento do estudante.

Segundo Mantoan, formar o professor inclusivo de física ou de história, por exemplo, não significa que ele irá se transformar em um especialista na Educação Especial, mas sim, que ele será instrumentalizado para que sua prática e didática contemple toda a diversidade humana como regra, sem exceção.

De modo similar, Mendes (2006) sugere um rompimento do profissional pedagogo em isolamento para uma prática de ensino mais colaborativo, onde a formação inicial precisa preparar esse professor ou licenciando para o trabalho conjunto e em parceria, para que o profissional regente do conteúdo específico e o professor da Educação Especial compartilham o mesmo planejamento e dividam o comando da sala de aula comum. Torna-se evidente que, se os currículos da UFPA persistirem nesse caminho, formando esses tipos de profissionais com essas mentalidades e ideais de forma separadas, em que o professor comum só irá ensinar para a turma toda e o especialista só cuidará do aluno com deficiência, por tempo indeterminado existirá esse abismo entre o saber inclusivo e o saber específico.

Portanto, os dados demonstram que precisa haver uma urgente necessidade de viabilizar dentro da universidade espaços de formação híbrida e interdisciplinar, para que haja diálogo entre os estudantes de física com os de pedagogia durante a graduação, se fazendo entender que a inclusão é um dever ético e moral incondicional de toda docência, como saliente o Art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que torna obrigatória a oferta de formação sobre deficiência em todos os níveis e modalidades de ensino. Por fim, será possível estimular que outras áreas e cursos discutam temas relacionados à inclusão e construir de fato uma escola verdadeiramente inclusiva.

3.3 A Emergência de Pesquisas Sobre Educação Inclusiva nas Ciências Exatas: O Caso da Matemática

A expressiva produção oriunda da Licenciatura em Matemática é uma das descobertas que mais se destacam e, também, significativas, pois com 14 trabalhos acadêmicos produzidos supera outros cursos da área de Humanas, que estão mais próximos da Pedagogia, tais como a História e Letras.

É preciso entender que esse fato pode ser interpretado pelo crescimento do campo de pesquisa chamado de Educação Matemática Inclusiva no Brasil. Historicamente, a matemática exerceu dentro das escolas um papel de filtragem social, ou seja, era utilizada como dispositivo de seleção e exclusão dos alunos que tinham alguma deficiência educacional, que eram considerados inaptos, postulando o que o autor D'Ambrósio (2005) denuncia ser um poderoso mecanismo de triagem social, isto é, para o autor a sociedade utiliza dos meios da matemática para decidir quem é e quem não é inteligente.

A educação matemática não pode ser mais utilizada para servir apenas para uma elite intelectual, deixando de atuar como um “instrumento selecionador de elites” (D'Ambrosio, 2005, p. 77), pelo contrário, ela precisa ser enfrentada e enxergada como instrumento de naturalidade e para além, ela serve de leitura de um mundo acessível para todos. Os trabalhos detectados neste estudo, dentre eles o uso do Soroban e Jogos adaptados, ponderam essa mudança de postura antes arcaica: os licenciandos da UFPA aparentam ter entendido que as barreiras para os alunos com deficiência não estão em sua suposta incapacidade cognitiva, mas sim na rigidez do modo de ensino. Enquanto o curso de Pedagogia constrói o alicerce fundamental ao discutir a inclusão sob uma imprescindível ótica teórica, política e de direitos humanos, a produção da matemática na UFPA apresenta uma postura complementar, voltada à instrumentalização metodológica e à adaptação de materiais. Ambas as abordagens são vitais e

interdependentes: a teoria pedagógica e estrutural garante e fundamenta o direito à inclusão, enquanto as pesquisas das exatas buscam oferecer soluções táteis e visuais para o desafio de ensinar conceitos abstratos para pessoas neurodivergentes.

Nesse contexto, a expressiva produção acadêmica na área da matemática confirma a ideia de Pentead e Skovsmose (2010) de que é importante haver “cenários para investigação” que envolva a participação de todos, ficando evidente que os alunos/as (licenciandos) de Matemática estão, de fato, interessados em pesquisar como e de que forma podem melhorar o ensino da matemática para romper o que esses autores discutem. Por isso, ao pesquisarem o uso da Tecnologia Assistiva e de materiais manipuláveis, os futuros profissionais da matemática estão gradativamente rompendo com a utopia da abstração inatingível, postura que desafia o panorama elitista criticada por D’Ambrosio (2005, p.77), que denuncia o fato de que “a matemática tem sido um instrumento selecionador de elites”, ou seja, historicamente era usada para rotular e subordinar pessoas consideradas menos racionais. Ao superarem essa lógica de exclusão, as pesquisas evidenciando que é plausível ensinar conceitos complexos por meio de linguagens variadas e representações, tornando o ambiente da sala de aula em um espaço de aprendizado cooperativo e não de competitividade.

Assim, os dados mostram uma mudança muito importante na formação de professores da UFPA. Antes, como mencionado por D’Ambrosio (2005, p. 77), a matemática era usada como uma forma de exercer poder e separar as pessoas. Agora, ela está sendo repensada por esses novos pesquisadores da área, que a veem como uma ferramenta essencial de justiça social. Essa transformação reflete a ideia de “Educação Matemática Crítica” de Skovsmose (2001), que acreditava que ao ensinar a matemática deveria ajudar a fortalecer as pessoas e a democracia, garantindo que ninguém ficasse de fora:

[...] como uma maneira de dar poder aos alunos por meio de ferramentas matemáticas que os tornarão capazes de ter uma visão crítica do mundo. [...] Poderia ser razoável assumir que esses alunos destituídos de poder seriam capazes de se tornar atores mais críticos na sociedade se tivessem acesso à matemática (Skovsmose, 2001, p. 128).

A partir dessa reflexão, ao aplicarmos o conceito de Skovsmose na Educação Especial estudada na UFPA, fica claro quem são esses sujeitos "sem poder", cabe frisar que historicamente, eram os alunos com deficiência, muitas vezes marginalizados do ensino de Ciências Exatas por serem vistos como incapazes de pensar logicamente e de forma abstrata. As pesquisas feitas pelos estudantes de licenciatura mostram que usar Materiais Manipuláveis e Tecnologias Assistivas vai além de facilitar o ensino; é um ato de libertação política. Ao oferecer acesso à matemática de maneira tátil, visual e adaptada, os futuros professores devolvem o poder de agir a esses estudantes. Assim, o ensino da disciplina deixa de ser apenas

uma ferramenta de padronização e passa a atuar como um instrumento de cidadania, permitindo que a pessoa com deficiência deixe de ser um sujeito passivo da inclusão para se tornar um cidadão crítico, independente e ativo na sociedade.

Por outro lado, quando se usa os recursos táteis, visuais e tecnológicos, esses trabalhos permite validar a premissa vigotskiana de que a deficiência não é um destino biológico imutável, mas sim uma condição social e cultural que pode ser superada através de mediações corretas. Como frisa Vigotski (1997), o problema não está na disfunção orgânica, mas nas consequências sociais dessa disfunção. Ao criar percursos alternativos para o ensino-aprendizado lógico-matemático, os licenciandos (alunos) da UFPA, estão na prática eliminando as dificuldades sociais e demonstrando que a abstração matemática é um direito intelectual de todos e não um privilégio de poucos.

Em síntese, o volumoso corpo de produção acadêmica oriundo da Licenciatura em Matemática evidencia uma significativa ruptura epistemológica no âmbito das Ciências Exatas na UFPA. Ao invés de preservar a disciplina como instrumento de exclusão e retenção, os estudos examinados revelam um empenho concreto em promover um saber matemático acessível e libertador. Conforme alertam Penteadó e Skovsmose (2010), a inclusão no ensino da matemática demanda transcender a rigidez dos métodos tradicionais em favor da construção de espaços de aprendizagem que acolham a diversidade. Assim, as pesquisas desses futuros professores não só supriram uma lacuna prática na adaptação de materiais, como também reafirmam o compromisso ético de desconstruir a matemática enquanto "instrumento selecionador de elites" (D'Ambrosio, 2005), convertendo-a em um recurso efetivo de cidadania e inclusão social.

3.4 O Silêncio e as Lacunas Temáticas sobre Inclusão nas Demais Licenciaturas

Se a Pedagogia e a Matemática se sobressaem, o quadro 01 também apresenta os silêncios nos cursos como o de História (1 trabalho), Física (2 trabalhos) e Artes (4 trabalhos), onde se vê pouca produção sobre a temática. Esses dados comprovam as “lacunas na formação inicial” citadas por Rocha, Silva e Silva (2021). Segundo os autores, as licenciaturas como Física, Química e História que são das áreas específicas, ainda padecem com a herança de uma estrutura curricular rígida, marcada pela desarticulação disciplinar, onde as licenciaturas acabam por funcionar apenas por aquilo que é definida como “bacharelização” dos cursos de Licenciatura.

Nesses moldes, as formações pedagógicas são vistas como uma mero “apêndice do bacharelado” (Rocha; Silva; Silva, 2021, p. 34), onde os saberes dos professores se tornam inferiores e menos importantes diante da supremacia dos conteúdos específicos. Conseqüentemente, por sua vez, as discussões sobre as diferenças e inclusões acabam se tornando superficial e burocrática, pois o foco do curso permanece na racionalidade técnica e conteudista, ignorando assim, a complexidade humana e social que o futuro professor encontrará dentro da sala de aula.

A escassez de trabalhos nessas áreas elucidada que o professor recém-formado em História ou Física ao se deparar com alunos com deficiências na escola, pode não ver esse aluno como parte de sua atribuição e responsabilidade didática. Dessa forma, permanece aquela visão equivocada de que o ensino da História para o aluno que apresenta deficiência intelectual não é sua responsabilidade de sala de aula, mas exclusivamente do professor de apoio (AEE). Esse comportamento analisa o que Pletsch e Glat (2012) acusam como a criação de um sistema educacional paralelo ou inclusão marginal, “enquanto a Educação Especial continuar de fato, mesmo que não no discurso, atuando como um sistema paralelo, pouco progresso se fará na aprendizagem, desenvolvimento e inclusão destes alunos” (Pletsch; Glat, 2012, p. 202).

Portanto, ao atribuir a aprendizagem do aluno com deficiência para a sala de Recursos Multifuncionais, o profissional da classe comum deixa de refletir sua própria prática pedagógica, e passa a praticar e executar uma aula padronizada para o aluno ideal que não existe. De acordo com Pletsch e Glat (2012), cria-se um fenômeno chamado de ciclo de exclusão intraescolar, ou seja, o aluno está matriculado por exemplo numa turma regular, onde tem aulas de Ciências da Natureza (Física), mas quem “cuida” dele é o pedagogo do AEE, muitas vezes esse aluno está desenhando ou fazendo outras atividades desconexas do conteúdo de mecânica ou termodinâmica que está sendo ensinado aos demais alunos (Pletsch; Glat, 2012).

Além disso, essa visível lacuna nas produções acadêmicas clareia uma falha na constituição dos saberes docentes descritos por Tardif (2002). Por um lado, se o licenciando das áreas específicas não pesquisar sobre a inclusão, ele jamais irá construir o saber da experiência com a diversidade. Por outro lado, ele se formará acreditando que dominar a equação física ou o fato histórico será o suficiente para exercer seu papel como profissional, e, de fato, irá ignorar o que realmente à docência em sua essência exige, que é a capacidade de fazer que esse conteúdo chega a todos, sem excluir ninguém.

3.5 Análise Temporal da Produção (2020-2025) e as Tendências Temáticas

Nesta subseção, voltamos à atenção para a cronologia das produções identificadas. A seguir, o quadro 02 apresenta a distribuição temporal dos Trabalhos de Curso defendidos entre os anos de 2020 e 2025. É de suma importância que haja uma compreensão dos dados aqui expostos, pois eles não representam apenas uma variação numérica estatística, mas convém ressaltar que funcionam como um aparelho que mede as tensões políticas, sociais e sanitárias que perpassam a formação docente neste período. Fica notório que as oscilações nas quantidades de trabalhos, que vai de nenhuma produção até uma produção elevada, pode refletir diretamente pelo menos três fenômenos: os impactos causados pela pandemia do COVID-19, as alterações na legislação educacional e os novos fenômenos dos diagnósticos que adentraram o chão das escolas e das universidades nos últimos cinco anos.

Para identificar as tendências na universidade, realizamos uma organização das pesquisas, destacando a temática principal de cada estudo. Verificou-se que os temas emergentes estão bastante relacionados aos laudos e diagnósticos dos estudantes. Dessa forma, agrupamos essas temáticas com base nas deficiências, síndromes ou transtornos que são o foco das investigações. O Quadro 02 apresenta essa classificação temática, mostrando quais sujeitos são o centro das produções e quais permanecem invisíveis.

Quadro 02 – Organização e classificação dos temas pesquisados, conforme os tipos de deficiência

ANO	DEFICIÊNCIA/TEMÁTICA ABORDADA					TOTAL
	Auditiva	Visual	TEA	Física	Intelectual	
2020	-	-	2	-	2	4
2021	-	-	6	-	2	8
2022	-	2	16	-		18
2023	-	2	12	-	3	17
2024	-	2	2	-	1	5
2025	-	-	2	-	2	4
Total	-	6	40	-	10	56

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Como observamos, a distribuição temporal dos Trabalhos de Curso, apresentada no quadro 02, não é simplesmente aleatória, mas pode delinear um cenário que mede as tensões políticas, sociais e sanitárias que cruzam o Brasil e a Universidade Federal do Pará (UFPA) durante o período pesquisado. Para fins de análises, dividimos o período em três recortes cronológicos distintos, o biênio do silenciamento (2020-2021), e o “boom” temático impulsionado pelos diagnósticos e novos marcos legislativos no período pós-pandêmico (abrangendo os anos de 2022-2025).

Ao observar o panorama dos dados do quadro 02, é notório o volume total de 56 trabalhos defendidos durante o período investigado, e uma concentração maior de trabalhos nos anos finais da pandemia do COVID-19 que ocorreu nos anos de 2020 a 2023⁴, momento este em que as universidades brasileiras enfrentaram um dos maiores desafios do ensino remoto emergencial e onde suas atividades presenciais foram suspensas, forçando os futuros professores a repensarem o modelo de escola pós-crise (Nóvoa, 2020). Esse número (56 trabalhos) não mostra apenas um quantitativo, mas revela a resistência da pesquisa na graduação, contrariando o que o autor Nóvoa (2020), descreve como cenário caótico, de paralisia e incertezas educacionais.

Podemos dizer que a pandemia agiu como uma verdadeiro porta para escancarar e demonstrar as desigualdades educacionais no seu mais diversos níveis e índices, esse tal acontecimento foi denunciado pelo autor Santos (2020), como a cruel pedagogia do vírus. Tudo indica que não se viu apenas uma paralisia, mas deixou evidente a vulnerabilidade dos estudantes com deficiência no ensino remoto, o que se viu foi um grande movimento de resistência acadêmica, onde os licenciandos foram incentivados a pesquisar e investigar em tempo real como ou se os alunos com algum tipo de deficiência estavam sendo atendidos neste cenário inédito, buscando novas formas de acesso e permanência desses alunos.

Além disso, mostra a importância que os pesquisadores em formação desse fluxo de trabalho têm como grande capacidade de se adaptar rapidamente aos métodos de pesquisas. Com as impossibilidades de fazer visitas presenciais para coletar dados nas escolas, devido ao distanciamento social, percebemos uma grande valorização das pesquisas que usam fontes bibliográficas e documentais. Essa mudança está de acordo com o que Gatti (2020) comentou dizendo que a crise de saúde levou a uma reinvenção nas formas de aprender e de pesquisar, levando os estudantes de licenciatura a buscarem respostas nas fontes teóricas e nas leis.

O número de 56 produções enfatiza o compromisso social preconizado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2025) da Universidade Federal do Pará, e ressalta o desenvolvimento com as comunidades que historicamente enfrentam marginalização e exclusão. Mesmo em um período difícil, com cortes de orçamentos e ataques à ciência, os

⁴ Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, devido à ampla distribuição geográfica da doença no mundo. Em 5 de maio de 2023, a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19. No Brasil, o fim do estado de emergência sanitária foi declarado no dia 22 de maio do ano de 2022 (Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/mayo/apos-dois-anos-chega-ao-fim-estado-de-emergencia-em-saude-publica-por-conta-da-covid-19-no-brasil#:~:text=Por%20conta%20do%20cen%C3%A1rio%20epidemiol%C3%B3gico,da%20Covid%2D19%20no%20Brasil>).

estudantes continuaram produzindo trabalhos sobre Educação Especial. Esse dado demonstra o que a autora Kassar (2013) chama de a função política da pesquisa em Educação Especial: impedir que a deficiência seja ignorada, especialmente em tempos de crises no sistema. Portanto, essa quantidade de trabalhos produzidos não é só um número, mas um sinal de que a formação de professores permanece firme na defesa do direito de todos na educação.

É preciso entender que essa análise se sustenta na leitura de que as políticas de inclusão não são apenas diretrizes legais administrativas, mas operam como “técnicas de governamento” da população. A exemplo do que alertam os autores Veiga-Neto e Lopes (2011), a inclusão de certa forma se tornou um imperativo do Estado moderno para administrar a pobreza e a diferença, incorporando todos em uma lógica produtiva. Assim sendo, quando o Estado incentiva ou reprime as políticas públicas, a universidade que forma em si os agentes dessas políticas, responde de imediato produzindo e levantando pesquisas mais ou menos sobre determinadas temáticas. Nesse contexto, a inclusão aflora como “mais um produto de técnicas de governamento da população e de produção de subjetividade, segundo uma lógica em que a inclusão se funde com a exclusão” (Veiga-Neto; Lopes, 2011, p. 121).

A baixa produtividade observada nos anos de 2020 e 2021 que foram apenas de 4 trabalhos em 2020 e 8 em 2021, não pode ser entendida e lida apenas como uma impossibilidade técnica posta pelo isolamento social, mas pode ser vista, como salienta Carvalho e Gallo (2020), como o reflexo estatístico da “precarização da existência”. A pandemia foi durante esse período uma porta escancarada de um projeto político de desmonte:

Governo Temer, ao longo de 2017 e 2018, iniciou o desmonte das políticas afirmativas e inclusivas produzidas e consolidadas ao longo de três décadas anteriores e que o governo iniciado em 2019 acelerou ao limite este desmonte, levando a uma intensa precarização das diferenças e dos diferentes (Carvalho; Gallo, 2020, p. 154).

Isso nos permite pensar que a Educação Inclusiva foi empurrada para a marginalidade da instituição, isto é, consolidando esse cenário às análises que os autores chamam de crise da “governamentalidade democrática” e a crescente lógica de “neoliberalismo exacerbado”, que para Carvalho e Gallo (2020), cria um cenário político que diminui os sujeitos vulneráveis à condição de “vida nua”, ou seja, são vidas que, por não se adaptarem a lógica produtivista do capital, tornam-se vidas descartáveis e desassistidas. Para efeito, o aluno com deficiência ao perder o seu espaço físico da escola por causas de suas limitações, também perdeu sua visibilidade política e, conseqüentemente, acadêmica. Além disso, a carência de pesquisas demonstra o que Lockmann e Klein (2022) acusa como a “fragilização do direito”:

A ordem se vê em perigo diante das culturas de etnias não hegemônicas, dos afrodescendentes, das sexualidades não binárias e também dos desempregados, nos militantes e ativistas, dos adictos, dos estrangeiros. [...], qualquer atividade que configure um grupo social diverso da norma, se não puder ser assimilado como produto de consumo, significa o perigo de regressão a um estágio bárbaro, interrompendo e causando danos à evolução civilizatória (Dardot et al., 2021, *apud* Lockmann; Klein, 2022, p. 4).

Para as autoras, as políticas de inclusão passaram recentemente por mudanças que fizeram perder a ênfase do direito à aprendizagem e a colocaram na situação de mera gestão da matrícula e do serviço especializado. Durante a crise sanitária, a COVID-19, essa “fragilização” ficou mais visível sem a presença física, e o vínculo pedagógico se desmontou, ocasionando apenas a burocracia. Em suma, os baixos índices de TCs dentro do tema da Educação Especial pode ser reflexo desse apagamento, visto como um sintoma acadêmico, que decorre de um processo político e educacional mais amplo:

A noção de inclusão escolar como algo que ocorre no presente e na escola comum vai sofrendo um progressivo apagamento na PNEE-2020, e ganham visibilidade os serviços e escolas especializados, que não mais aparecem como complementares ou suplementares ao ensino comum (Lockmann; Klein, 2022, p. 16).

As análises de Lockmann e Klein, nos permitem considerar que, sem uma política de suporte que realmente garanta a permanência ativa desses alunos no sistema remoto, aos poucos estes alunos podem ter desaparecido do radar investigativo, resultando assim em um silenciamento epistêmico temporário nas produções da UFPA nos anos de 2020 e 2021.

Ainda sobre os baixos índices de pesquisas sobre a Educação Especial, esse fato não pode ser entendido apenas como uma mera estatística de baixa produtividade, mas pode ser tratado como a materialização acadêmica do “estado de exceção” instigado pela pandemia do COVID-19, onde foram suspensas as leis e os direitos normais por causa da crise sanitária, como frequentar pessoalmente a escola.

Isso demonstra que o número baixo de TCs pode evidenciar o que Carvalho e Gallo, sentenciam como a ruptura das políticas democráticas, instaurando no cenário político e pandêmico a lógica do “vivemos um neoliberalismo exacerbado, que precariza os corpos diferentes, que já não cabem na lógica do capital e de sua produção” (2020, p. 146). Portanto, os alunos com deficiência foram caracterizados e reduzidos a corpos improdutivos, e retirados das escolas e tornando inacessíveis para a pesquisa acadêmica.

Entretanto, a redução da produção científica parece evidenciar uma ferida um pouco mais profunda, onde a pandemia de fato funcionou como uma verdadeira porta dos processos de exclusão que já estava em funcionamento. Nesse sentido, Carvalho e Gallo (2020) reafirma o que aconteceu durante esse período criticando de “precarização da educação inclusiva”, onde

os laços pedagógicos foram rompidos pelo isolamento social e a inclusão foi transformada numa prática meramente burocrática. O foco passou de ser o aprendizado para se tornar a gestão da “vida nua”, simbolizando que o Estado se preocupou somente em manter a pessoa biologicamente viva, deixando de lado a vida política, ou seja, a educação, a cidadania, a inclusão, “[...] trata-se de uma luta contra toda biopolitização da precarização da existência” (Carvalho; Gallo, 2020, p. 158).

Nesse caso, com essa linha de pensamento, os autores Lockmann e Klein (2022) alegam que recentemente as políticas têm provocado uma “fragilização do direito à inclusão”, pontuando que essa fragilidade ficou evidente durante a pandemia em que o direito à educação foi mudado pela entrega de materiais impressos e atividades remotas fazendo com o que o aluno se sentisse despreparado por ser algo novo e diferente, e que fugia de sua realidade. Como foi dito, essa ruptura considera o aviso que o autor Nóvoa (2020), fez ao afirmar que a educação não se pode resumir apenas à transmissão de conteúdos, muito menos ao uso de tecnologias, mas necessita de novas conexões e, principalmente, compromisso, reconstruindo o ambiente de colaboração que outrora foi destruído pelo isolamento. Fica claro que para o futuro professor que escrevia seu trabalho de conclusão de curso, pesquisar sobre ensino e aprendizagem era algo impossível, pois o sistema educacional funcionava sob a lógica do gerenciamento de matrículas, ignorando a transformação e o processo escolar necessários para o bom funcionamento e acolhimento de todos (Nóvoa, 2020).

Fica claro que o silêncio que marcou o ano de 2020 e 2021 não é apenas a ausência de dados ou números, mas um sinal de que houve uma tentativa de apagamento do conhecimento sobre as pessoas com deficiências. Sem políticas públicas fortes que garantissem a permanência ativa desses estudantes no ensino remoto, eles ficaram praticamente fora do alcance da ciência pedagógica. Isso demonstra o que Skliar (1999) chama de estratégias de exclusão da alteridade, ou seja, ao serem invisibilizados pela burocracia do Estado, os alunos com deficiência acabam sendo colocados em uma espécie de isolamento, onde sua presença é apenas tolerada por questões administrativas, mas sua participação no aprendizado é ignorada. O pesquisador, assim, deixa de produzir conhecimentos não por falta de interesses, mas porque a própria estrutura política age sob a lógica da “inclusão excludente”, pontuada por Veiga-Neto e Lopes (2011).

O panorama das pesquisas muda radicalmente no biênio seguinte, dando um salto de 18 trabalhos em 2022 e 17 trabalhos em 2023. O que chama maior atenção é a quantidade de trabalhos por temáticas, chega a ser algo revelador: em 2022, dos 18 trabalhos, 16 (88%) focaram no Transtorno do Espectro Autista (TEA). Isso não é apenas dados aleatórios de

concordância, mas resultados de articulação de três vetores de força, a seguir apresentarei sucintamente os três vetores:

O aumento significativo de pesquisas não ocorreu no vazio legal, mas foi o reflexo frontal do fortalecimento do arcabouço legal da legislação sobre o TEA. Ao examinar os dados, fica claro que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) não é apenas um diagnóstico clínico comum, mas também se consolidou como uma das principais e mais recentes áreas de foco nas pesquisas em Educação Inclusiva na UFPA a partir de 2022. Essa maior atenção ao tema indica que o laudo passou a ser um instrumento político central na garantia de direitos na escola, levando os pesquisadores a direcionarem seus trabalhos de conclusão de curso para a necessidade de incluir esses indivíduos. Segundo os autores Jorge e Campos (2025), existiu um crescimento decisivo das normativas no Brasil sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma delas foi a Lei Berenice Piana (12.764/12) que resultou nas legislações de 2022/2023, transformando o autismo em uma categoria de direitos garantidos e de visibilidade obrigatória.

O ponto inicial desse percurso foi a lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que ficou conhecida como a Lei Berenice Piana. Essa lei foi tão importante como arcabouço legal para a pessoa com transtorno do espectro autista, pois em seu artigo 1º, §2º, definiu a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais (Brasil, 2012). Segundo Pereira *et al.* (2024), ao analisar o artigo 3º desta lei, observa-se que ela não apenas conceitua a pessoa com deficiência, mas obriga o Estado a garantir todos os direitos fundamentais como também o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o mais importante e crucial para a educação desse aluno, o acesso ao ensino regular com direito a acompanhante especializado. Por causa dessa lei, a pessoa com transtorno do espectro autista foi tirada da invisibilidade clínica e colocado como sujeito de direitos dentro da escola.

Contudo, o elemento que fez alavancar as pesquisas nos anos 2022-2023 (biênio) pode ter sido uma grande e intensa mobilização social e política que acabou resultando em novas conquistas, o que resultou em sanção de leis que ampliou a cobertura de saúde e a validade documental, há exemplo disso foi: a derrubada do Rol Taxativo, lei nº 14.454 (Brasil, 2022), lei esta que buscava apenas resguardar margens de lucro e que era associada às pautas do governo federal da época. Com essa vitória legislativa materializada na lei nº 14.454 (Brasil, 2022), assegurou a obrigatoriedade de cobertura pelos planos de saúde, incluindo métodos terapêuticos essenciais para a pessoa com autismo, como por exemplo a terapia ABA, que antes era negado justamente por não estarem no rol taxativo da ANS. É preciso ressaltar que isso gerou uma demanda por profissionais formados e de forma imediata ascendeu pesquisas sobre essas metodologias, refletindo assim nas investigações acadêmicas.

Outro elemento importante nessa época foi o Laudo com Validade Indeterminada, onde várias leis estaduais e a lei federal nº 14.624 (Brasil, 2023), que normatizou o uso do cordão de girassol e ratificou os direitos, instituindo que o laudo médico para TEA seria permanente, sem precisar renovar periodicamente. Com essa retirada de carga burocrática, houve a facilidade de acesso das famílias aos benefícios e a matrícula escolar, elevando o número de alunos diagnosticados em sala de aula. Torna-se evidente que, com essas leis, foi criado um cenário de “inovação de direitos” (Jorge; Campos, 2025, p. 67), e para a pesquisa acadêmica na UFPA, o autismo deixou de ser uma mera opção e se tornou uma carência urgente, pois se a lei garante a matrícula e o suporte, e a comunidade exige a terapia, que também se tornou um direito (Leis de 2022), então a universidade, e seus pesquisadores, podem ter passado a produzir conhecimentos para responder as dúvidas emergentes de como a escola iria da conta dessa nova realidade.

E por último, dada a explosão dos diagnósticos e a predominância do TEA nas pesquisas acadêmicas no quadro 02, pode-se entender que isso é como um exercício de governamentalidade neoliberal que produz esse modo de administração da vida e da sociedade no meio desse processo de inclusão e exclusão. Nesse caso, Lopes (2009) faz uma crítica que, o diagnóstico deixou de servir a apenas a saúde, e passou a operar como ferramenta política de gestão da população:

[...] o Estado está cada vez mais onipresente, articulado às relações de mercado, sendo investidor em políticas que frisam a importância do empresariamento de si, incentivador de políticas sociais de assistência, educacionais e inclusivas e mais voltado para o Homo oeconomicus (Lopes, 2009, p. 155).

Nesse sentido, o crescimento expressivo do número de pesquisas sobre o TEA, reflete um movimento da universidade em tentar compreender e responder às novas demandas criadas pelas políticas públicas recentes. Sob a ótica teórica da governamentalidade, essa urgência acadêmica evidencia a necessidade do sistema educacional de aprender a gerenciar, acolher e modular as condutas desses sujeitos (Kraemer, 2020). Assim, a pesquisa acadêmica atua para tensionar a norma escolar, buscando estratégias que garantam não apenas ao acesso burocrático, mas a permanência e a aprendizagem efetiva, evitando assim que a inclusão se resumam apenas a um mero dado estatístico de controle estatal. De modo similar, Lopes (2009) reitera “[...] todos devem estar incluídos, mas em diferentes níveis de participação, nas relações que se estabelecem entre Estado/população, públicos/comunidades e mercado” (Lopes, 2009, p. 155).

Isso só é possível através do diagnóstico que se tornou uma peça-chave para transformar o “excluído” em clientes das ações e políticas públicas, “[..] a inclusão e a exclusão são invenções constituídas também no jogo econômico de um Estado neoliberal [...] que mantêm a

inclusão como um imperativo do próprio neoliberalismo" (Lopes, 2009, p. 153). Cumpre frisar, que nesse contexto criou-se um paradoxo dos interesses acadêmicos, que se justifica na ideia de que a inclusão se tornou uma promessa estatal de acessos a direitos, mas que está condicionada a comprovar a anormalidade do sujeito. É por isso que Carvalho e Gallo (2020), crítica ao apontar que vivenciamos um cenário de “biopolitização da precarização”, onde o Estado não assegura o direito do bem-estar universal, ele apenas gerencia a sobrevivência dos corpos que possuem algum selo de deficiência.

Em linhas gerais, o aumento das pesquisas sobre o autismo pode ter ocorrido porque o laudo técnico se tornou o principal dispositivo de acesso a recursos, por exemplo, numa escola pós pandêmica e em estado de precarização, o diagnóstico de TEA passa a funcionar como um passe que legitima o Estado a fornecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o professor de apoio para esse aluno laudado. E sem o laudo, infelizmente, o aluno é apenas mais um “problema de comportamento”, e com o laudo, ele é um “sujeito de direitos”. E para finalizar, sob essa ótica, Jorge e Campos (2025) acentuam que o desenvolvimento dos diagnósticos psiquiátricos e psicológicos gerou uma grande mudança na gestão da deficiência, onde resultou na definição clínica de que “torna-se apenas parâmetro para garantia de direitos” (Jorge; Campos, 2025, p. 80). Portanto, o reflexo dessa realidade mediante a pesquisa acadêmica é justamente que a investigação sobre o autismo pode não ter ocorrido pela própria preocupação e interesse pela condição em si, mas porque o autismo se tornou a chave mestra que abre as portas de orçamentos e financiamentos.

A pesquisa acadêmica, então, acompanhou de perto o financiamento e a demanda jurídica durante esse período de 2020 a 2025, e se concentrou naquilo que Kraemer (2020, p. 79) chama de "modulação das condutas", ou seja, entender para poder orientar, incluir para controlar. O crescimento do tema TEA nos Trabalhos de Curso (TCs) é, no fim das contas, uma resposta da universidade às exigências de um mercado de educação que, como alerta Lopes (2009), acaba transformando a luta por direitos em uma competição individual por serviços especializados.

Se a análise temporal apresentada no quadro 02 mostra um crescimento significativo de estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Por outro lado, quando agrupamos os demais trabalhos, percebemos uma distribuição desigual que indica uma espécie de hierarquia nas áreas de pesquisa, onde deficiências como surdez, deficiência intelectual ocupam posições menos evidentes no período de 2020 a 2025.

Ao analisar os dados do Quadro 02 relacionados à deficiência auditiva/surdez, observa-se uma ausência total de Trabalhos de Curso sobre o tema no período de 2020 a 2025. Essa falta de produções acadêmicas representa um sinal de silêncio e alerta. Historicamente, os Estudos

Surdos têm sido um movimento de resistência política contra o modelo clínico-terapêutico, defendendo o reconhecimento da surdez não como uma enfermidade, mas como uma diferença cultural e linguística (SKLIAR, 1998). A inexistência de pesquisas sobre o assunto nas licenciaturas da UFPA nesse intervalo de tempo evidencia como as políticas governamentais podem contribuir para o silenciamento de certas pautas, fazendo com que a questão surda se torne invisível diante das demandas diagnósticas atuais, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), resultando em uma lacuna preocupante e representando um retrocesso na formação dos futuros profissionais da área de educação.

Por outro lado, os trabalhos que abordam Deficiência Intelectual (DI) focam nos desafios do dia a dia na escola e nas questões pedagógicas. A presença desses temas na lista demonstra uma preocupação em garantir uma escolarização mais efetiva, indo além da simples socialização. Segundo os autores Pletsch e Glat (2012), para entender a educação de alunos com DI, o foco das pesquisas nessa área tem se deslocado do diagnóstico clínico para o Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado (PEI) e as adaptações curriculares também merecem atenção. A menor quantidade de trabalhos voltados para essas questões, em comparação ao TEA, pode ser um sinal preocupante de que as dificuldades de aprendizagem dessas pessoas foram consideradas como algo natural ou até ofuscadas pela atenção midiática em relação ao autismo. Enquanto o TEA recebe destaque com leis e terapias (governamentalidade), a Deficiência Intelectual muitas vezes fica em um "limbo" da inclusão, onde a presença do estudante na escola é garantida, mas seu entendimento do conteúdo formal ainda precisa de estudos mais aprofundados por parte dos futuros professores.

Por fim, é importante destacar a pouca quantidade ou até a ausência de pesquisas sobre Altas Habilidades/Superdotação e Deficiência Visual no período analisado. Essa situação confirma a ideia de Fröhlich e Lopes (2018, p. 999) sobre as "normalidades diferenciais", ou seja, o sistema educacional e as pesquisas tendem a focar naquilo que causa incômodo ou que exige uma intervenção rápida, como o autismo. Deficiências que não geram comportamentos problemáticos ou que são vistas como menos complexas de administrar acabam desaparecendo do radar investigativo.

De maneira geral, a classificação dos temas no quadro 02 mostra que a produção acadêmica da UFPA não atua de forma isolada ou neutra, pelo contrário, ela opera como um dispositivo que responde ativamente às tensões e aos agenciamentos políticos contemporâneos. O aumento de estudos sobre autismo, embora importante, parece ter absorvido boa parte da atenção e energia que antes eram distribuídas de forma mais equilibrada entre outras áreas

específicas. Isso criou algumas lacunas que a formação de professores vai precisar revisitar no futuro.

4 Considerações finais

A presente pesquisa estruturou-se com o objetivo geral de investigar e analisar as temáticas emergentes na área da Educação Especial, a partir do mapeamento dos Trabalhos de Curso (TCs) realizados nos diferentes cursos de licenciaturas da Universidade Federal do Pará (UFPA) entre 2020 e 2025. Ao final desse estudo, usando a abordagem do "estado do conhecimento", foi possível perceber que a produção acadêmica dos estudantes de graduação funciona como um verdadeiro termômetro das políticas públicas na área de educação. Ela consegue identificar, refletir e até denunciar, de forma rápida, as necessidades, as lacunas e os problemas estruturais que impactam o dia a dia das escolas na região amazônica.

A análise dos resultados históricos e quantitativos oferece uma visão importante para entender o cenário acadêmico. Ao examinar 56 produções levantadas, evidencia-se a hegemonia da Licenciatura em Pedagogia nas discussões sobre a Educação Especial, o que reflete a uma tendência histórica de delegar essa responsabilidade quase exclusivamente a este campo de formação. Além disso, a distribuição ao longo do tempo revelou como as situações sanitárias e políticas influenciaram diretamente as pesquisas acadêmicas. Um ponto preocupante foi o silêncio que predominou durante os anos de 2020 e 2021, período da pandemia, o que reforça a ideia de uma "biopolítica da precarização". Isso mostra que, com o fechamento das escolas físicas, os corpos com deficiência foram os primeiros a serem deixados de lado, tornando-se invisíveis dentro de um ensino remoto que acabou sendo excludente.

Os dados mostram que, a partir de 2022, houve um aumento significativo nos estudos e discussões sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa tendência é importante porque não se trata apenas de uma questão clínica, mas também de um movimento com forte impacto político. Recentemente, mudanças na legislação fizeram do laudo médico o principal documento para acessar recursos e apoios financeiros. Por isso, a quantidade de pesquisas sobre o autismo reflete o esforço das universidades em entender como essas diferenças são construídas socialmente. Nesse contexto, o diagnóstico passa a ter um papel duplo: garantir direitos e também influenciar a forma como as pessoas são orientadas e controladas.

No aspecto qualitativo, a leitura das produções revela um amadurecimento nas discussões acadêmicas propostas pelos licenciandos da UFPA. Grande parte dos trabalhos analisados demonstra um esforço em transpor a visão da inclusão como um ato meramente assistencialista, buscando investigar formas concretas de acessibilidade. Notadamente em áreas

como as Ciências Exatas, os textos apontam para uma tentativa de ruptura com o ensino tradicional, historicamente elitista e focado apenas no conteúdo, passando a defender a adaptação metodológica e a acessibilidade como ferramentas fundamentais de emancipação intelectual.

Além disso, a leitura qualitativa de parte das produções analisadas evidenciou os desafios inerentes à diversidade da Amazônia. As discussões presentes nesses trabalhos demonstram que a inclusão em áreas ribeirinhas e rurais enfrentam dificuldades logísticas que muitas vezes são ignoradas pelas políticas federais que tentam aplicar uma solução única e homogeneizada para todos os lugares e regiões. Também foi observado que, com o enfraquecimento do papel do Estado, a sociedade civil organizada tem assumido um papel importante na garantia do acesso à educação, o que revela como o modelo de governança neoliberal faz com que a luta pelos direitos seja muitas vezes terceirizada para as associações familiares.

Diante de tantas tendências identificadas e das dificuldades que ainda persistem, como a surdez e a deficiência intelectual, que têm sido enfrentadas ao longo do tempo, este trabalho destaca a importância de buscar novas possibilidades de pesquisa. É fundamental explorar caminhos que acompanhem a prática dos estudantes formados pela UFPA, verificando se as estratégias de inclusão propostas na universidade realmente funcionam diante da superlotação e da falta de recursos nas escolas públicas reais. Além disso, recomenda-se estudar os efeitos da inclusão na saúde mental dos professores e nas condições de trabalho deles, especialmente na região do interior da Amazônia. Também é importante resgatar temas que ainda estão invisíveis nas tendências atuais.

Para finalizar, entendemos que a Universidade Federal do Pará desempenha um papel político importante ao registrar as contradições do processo de escolarização, reforçando que uma verdadeira inclusão precisa envolver uma reinvenção do espaço escolar e uma valorização maior dos professores e o respeito irrestrito às multiplicidades da vida humana.

Referências

BENTO, António V. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Jornal dos Afectos)**, Aveiro, n. 7, p. 42-44, maio 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Lei nº 14.454, de 21 de setembro de 2022. Altera a Lei nº 9.656/1998, para dispor sobre os critérios para cobertura de exames ou tratamentos de saúde. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2022.

BRASIL. Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2023/lei/114624.htm Acesso em: 12 fev. 2026.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 146-160, 2020.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FRÖHLICH, Raquel; LOPES, Maura Corcini. Serviços de apoio à inclusão escolar e a constituição de normalidades diferenciais. **Educação**, Santa Maria, v. 43, n. 3, p. 1-14, 2018.

GATTI, Bernardete Angelina. **A formação de professores**: complexidade e trabalho. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 20, n. 65, p. 556-562, 2020.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico do Censo Escolar 2024**. Brasília: INEP, 2024.

INEP. **Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Brasília: INEP, 2024.

JORGE, Carlos Henrique Miranda; CAMPOS, Yasmini Giovana Lopes de. Breve histórico sobre o autismo na legislação brasileira e seus reflexos na educação. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 38, n. 1, p. 67-83, 2025.

LOCKMANN, Kamila; KLEIN, Rejane Ramos. Políticas de Educação Inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-20, 2022.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153-169, maio/ago. 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A formação do professor e a política nacional de educação especial. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 37, p. 201-210, 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, António. A pandemia de COVID-19 e o futuro da educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 8-12, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório Mundial sobre a Deficiência. Tradução Lexis Traduções. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

KRAEMER, Graciele Marjana. Política de inclusão escolar e a modulação das condutas dos sujeitos com deficiência. **Momento - Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 79-98, jan./abr. 2020.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Uma breve história da educação das pessoas com deficiências no Brasil. In: MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Org.). **Escolarização de alunos com deficiências: desafios e possibilidades**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. p. 33-76.

SÁ, Michele Aparecida de; RIBEIRO, Eduardo Adão; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Escolas indígenas com deficiência no Brasil: uma análise a partir do Censo Escolar da Educação Básica (2010, 2015 e 2020). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 104, p. 1-22, 2023.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. Campinas: Papirus, 2001.

SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 15-32, jul./dez. 1999.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

PENTEADO, Miriam Godoy; SKOVSMOSE, Ole. **Desafios da inclusão no ensino da matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PEREIRA, Daianny Santos et al. Direito das crianças autistas: uma análise acerca do artigo 3º da Lei n.º 12.764/2012 e sua aplicabilidade no município de Xinguara-PA. **Revista ABDC**, Xinguara, v. 5, p. 110-123, 2024.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 18, n. 35, p. 193-208, jan./abr. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2016-2025**. Belém: UFPA, 2016.

ROCHA, Géssica Batista da; SILVA, Mara A. Alves da; SILVA, José Gilberto da. **Algumas lacunas na formação inicial: o que dizem os egressos de uma licenciatura?** **Revista Internacional de Formação de Professores (RIPF)**, Itapetininga, v. 6, p. 1-20, e021006003, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

VIGOTSKI, Lev Semyonovich. **Obras Escogidas V: Fundamentos de Defectología**. Madrid: Visor, 1997.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, São Paulo, n. 20, p. 121-134, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002